

ARQUITETURAS QUILOMBOLAS E OCUPAÇÕES TRADICIONAIS NO LITORAL NORDESTINO:

uma proposta arquitetônica para o centro de memória
quilombola de Sibaúma/RN

EIXO TEMÁTICO 2: Processos de Produção do Espaço Urbano

SOUSA, Louise Cavnac Soares de

Arquiteta e Urbanista; Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente (PPAPMA);
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
cavnac.louise@gmail.com

NASCIMENTO, José Clewton do

Doutor em Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente (PPAPMA);
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU); Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(UFRN)
jotaclewton@gmail.com

CAVALCANTE, Eunádia Silva

Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente
(PPAPMA); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
eunadia.cavalcante@ufrn.br

RESUMO

Sabendo que os elementos simbólicos, os saberes e a memória, são centrais nos processos de resistência relacionados às lutas pela terra e aos modos de vida, a arquitetura popular constitui-se como expressão material dessas relações, articulando técnicas construtivas tradicionais, organização espacial e práticas produtivas adaptadas ao ambiente. Nesse sentido, este artigo analisa as confluências nas formas de ocupação do território, nos sistemas construtivos e nas práticas produtivas de comunidades tradicionais do litoral nordestino, destacando a arquitetura e a assessoria técnica como instrumentos de valorização dos saberes tradicionais e de fortalecimento da luta pelo direito ao território, a partir da experiência da comunidade quilombola de Sibaúma (RN). A discussão parte do entendimento de que as ocupações tradicionais se configuram por meio da aplicação de saberes construtivos populares, profundamente vinculados aos modos de vida locais, às práticas produtivas e às relações simbólicas estabelecidas com o território. O artigo também explora como a atuação do arquiteto pode se dar de forma ética e sensível, por meio da atenção à escala das intervenções, da adoção de estratégias para minimizar os impactos no sítio e da valorização dos materiais e técnicas construtivas locais, bem como de que maneira a reinterpretação contemporânea dessas práticas pode contribuir para a valorização dos saberes tradicionais.

Palavras-chave: arquitetura popular; comunidades tradicionais; quilombo; assessoria técnica.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

Recognizing that symbolic elements, traditional knowledge, and collective memory are central to resistance processes related to struggles for land and ways of life, vernacular architecture constitutes a material expression of these relationships by articulating traditional building techniques, spatial organization, and productive practices adapted to the environment. In this context, this article analyzes the convergences in territorial occupation patterns, building systems, and productive practices among traditional communities along the northeastern Brazilian coast, highlighting architecture and technical assistance as instruments for valuing traditional knowledge and strengthening the struggle for territorial rights, based on the experience of the quilombola community of Sibaúma, Rio Grande do Norte. The discussion is grounded in the understanding that traditional settlements are shaped through the application of vernacular building knowledge, deeply connected to local ways of life, productive practices, and symbolic relationships with the territory. The article also explores how architects can engage in an ethical and context-sensitive manner by paying attention to the scale of interventions, adopting strategies to minimize environmental impacts, and valuing local materials and construction techniques. Furthermore, it discusses how the contemporary reinterpretation of these practices can contribute to the appreciation and continuity of traditional knowledge.

Key-words: vernacular architecture; traditional communities; quilombos; technical assistance.

RESUMEN

Sabiendo que los elementos simbólicos, los saberes y la memoria son centrales en los procesos de resistencia vinculados a las luchas por la tierra y los modos de vida, la arquitectura vernácula constituye una expresión material de estas relaciones, articulando técnicas constructivas tradicionales, organización espacial y prácticas productivas adaptadas al entorno. En este sentido, este artículo analiza las confluencias en las formas de ocupación del territorio, los sistemas constructivos y las prácticas productivas de las comunidades tradicionales del litoral nordestino brasileño, destacando la arquitectura y la asistencia técnica como instrumentos para la valorización de los saberes tradicionales y el fortalecimiento de la lucha por el derecho al territorio, a partir de la experiencia de la comunidad quilombola de Sibaúma, en el estado de Rio Grande do Norte. La discusión parte de la comprensión de que las ocupaciones tradicionales se configuran mediante la aplicación de saberes constructivos vernáculos, profundamente vinculados a los modos de vida locales, las prácticas productivas y las relaciones simbólicas establecidas con el territorio. El artículo también explora cómo la actuación del arquitecto puede desarrollarse de manera ética y sensible, prestando atención a la escala de las intervenciones, adoptando estrategias para minimizar los impactos sobre el sitio y valorando los materiales y las técnicas constructivas locales, así como de qué manera la reinterpretación contemporánea de estas prácticas puede contribuir a la valorización de los saberes tradicionales.

Palabras clave: arquitectura vernácula; comunidades tradicionales; quilombos; asistencia técnica.

INTRODUÇÃO

Ao tratar de povos tradicionais, é necessário reconhecer que as diferenças entre sociedades indígenas, quilombolas, caboclas, pescadores artesanais e outros grupos, bem como a heterogeneidade interna de cada categoria, impedem sua compreensão como um conjunto homogêneo. Entretanto, considera-se aqui o conceito de comunidades tradicionais como o de grupos sociais historicamente vinculados a territórios específicos por meio de regimes de propriedade comum, forte sentido de pertencimento ao lugar e memória coletiva da ocupação, elementos que constituem sua base empírica. Trata-se de um conceito que articula a dimensão social e a dimensão política, emergindo em contextos de conflitos territoriais, ambientalistas e de reivindicação de direitos (Little, 2002).

As ocupações tradicionais, desenvolvidas em congruência com a arquitetura popular, podem ser compreendidas como a expressão material dos modos de vida, dos saberes técnicos e dos elementos simbólicos desenvolvidos historicamente por grupos sociais em suas relações com o território. No contexto brasileiro, a arquitetura popular assume caráter plural, refletindo a diversidade ambiental, cultural e histórica do país. Segundo Weimer (2012), a arquitetura popular brasileira fundamenta-se em processos empíricos, transmitidos pela prática cotidiana e pela tradição oral, resultando em soluções construtivas coerentes com as condições ambientais e sociais locais. Trata-se, portanto, de uma arquitetura profundamente vinculada ao território e à coletividade que a produz, refletindo as distintas formas de relação que povos e comunidades tradicionais estabelecem com seus territórios (Little, 2002). Nesse contexto, destacam-se as sociedades indígenas, com modos próprios de interação com os ambientes que se situam, as comunidades remanescentes de quilombos, distribuídas por todo o território nacional, bem como os regimes fundiários de diversas comunidades tradicionais, como pescadores artesanais¹, caiçaras, caboclos, sertanejos e outros grupos, evidenciando a pluralidade de territorialidades existentes no país.

Sabendo-se da singularidade de cada ocupação de remanescente quilombola e agrupamentos indígenas, é relevante situar o conceito de confluência, mencionado por Antônio Bispo dos Santos. Para o autor, a confluência é resultado da convivência entre diversos povos e sua relação com os

¹ Pesca artesanal: Atividade de pequena escala voltada tanto à comercialização quanto à subsistência familiar, podendo ser sazonal e associada a outras práticas, como a agricultura de subsistência. De acordo com Diegues (1983), trata-se de um processo de trabalho baseado na unidade familiar ou em grupos de vizinhança, no qual os próprios pescadores detêm os meios de produção e confeccionam suas artes e instrumentos de pesca (Machado, 2022, p. 31).

PENSAR FORA DO EIXO

elementos da natureza, onde “nem tudo que se ajunta se mistura” (Santos, 2015, p.89). Pode-se compreender que as confluências resultam dos encontros históricos entre povos indígenas, africanos e afrodescendentes, produzindo formas plurais de existência, resistência e organização da vida, sem que isso implique em uma homogeneização cultural (Dantas, 2022). Dessa forma, as confluências se constroem pela coexistência, pela troca e pela reelaboração de saberes.

Ao longo deste artigo discorreremos sobre como, no litoral nordestino, as confluências manifestam-se de maneira significativa nas formas de ocupação do território, nos sistemas construtivos e nas práticas produtivas associadas ao mar, ao mangue e à mata costeira. Evidenciaremos similaridades e correlações nas lógicas de ocupação do território e nas práticas construtivas de comunidades tradicionais do litoral nordestino, situando a arquitetura como importante campo disciplinar que atua em busca da legitimação das lutas pelo direito ao território, além de ressaltar o papel da assessoria técnica em arquitetura e urbanismo como forma de notabilizar a relação entre as técnicas tradicionais e sua contemporaneidade, tomando como referência a experiência na comunidade quilombola de Sibaúma, no estado do Rio Grande do Norte.

1 UMA BREVE INTRODUÇÃO ÀS DINÂMICAS DE OCUPAÇÃO NO LITORAL NORDESTINO

Considerando a importante relação do meio com as atividades de subsistência, é imprescindível situar as ocupações de comunidades tradicionais, quando no interior ou no litoral. Enquanto no interior predominam atividades produtivas associadas aos grandes latifúndios e fazendas de gado (Diniz, 2013, p.04), no litoral as dinâmicas territoriais são profundamente condicionadas pela relação entre terra e água. Segundo Azevedo (1999), a proibição de criação de gado a menos de 10 léguas do litoral, formalizada em 1701, para não liquidar com as matas e prejudicar a agroindústria açucareira, estimulou a conquista do sertão, enquanto as melhores terras do litoral foram reservadas para a agricultura açucareira (Kluppel, 2009, p.168), distinguindo a partir destas delimitações as formas de ocupação e relação com o território.

Além das relações de exploração no universo dos engenhos, as atividades como a pesca artesanal, a coleta no mangue, o uso da mata costeira e o extrativismo vegetal estruturaram não apenas a economia local, mas também a organização espacial dos assentamentos e as soluções arquitetônicas adotadas.

PENSAR FORA DO EIXO

Situar as comunidades tradicionais litorâneas e seus processos de construção de territorialidade é particularmente relevante diante da sobreposição de dinâmicas de exploração do território a partir da intensificação da especulação imobiliária no litoral nordestino, do crescente interesse turístico e, nas últimas décadas, da implantação de parques eólicos. Este contexto insere estes grupos em disputas de terra onde frequentemente encontra-se o questionamento da legitimidade territorial das comunidades tradicionais e a ameaça à permanência de seus modos de vida.

A partir dos anos 1990, as políticas de turismo no Brasil privilegiaram obras estruturantes (aeroportos, rodovias, saneamento e projetos urbanísticos) visando atrair investimentos e promover o país no cenário internacional, optando por uma prática que tende a favorecer os grandes mercados e investidores. Este tipo de desenvolvimento, acompanhado da especulação imobiliária, se distribui para territórios tradicionais onde encontra resistência dos grupos estabelecidos nesses territórios, relacionados por questões identitárias e pela necessidade de continuar desenvolvendo suas atividades (Kiyotani; Costa; Fonseca, 2024). A dinâmica de instalação das eólicas nas últimas décadas segue no mesmo padrão, atingindo especialmente os estados do Ceará e Rio Grande do Norte, localidades com condições favoráveis a estes empreendimentos. A população situada nas proximidades de parques eólicos litorâneos é frequentemente composta por pescadores artesanais e agricultores familiares, que percebe seu modo de vida impactado pelas obras, limitação do acesso à praia e pela modificação da paisagem a partir do aterramento de dunas e desmatamentos (Fiocruz, [s.d.]). Diante deste cenário as iniciativas de Turismo de Base Comunitária passam a ser incorporadas aos movimentos de resistência e preservação dos territórios tradicionais, de modo a gerar renda e favorecer a permanência dessas populações nestes territórios (Kiyotani; Costa; Fonseca, 2024).

2 ARQUITETURAS QUILOMBOLAS

A arquitetura presente nos quilombos brasileiros é marcada por forte diversidade, variável a partir do seu local de implantação e materiais disponíveis no território, e pela heterogeneidade de influências culturais africanas no Brasil. Segundo Weimer (2012), vale ressaltar a diferença das ocupações em áreas de conurbação urbana, a exemplo da conformação nomeada de “senzalas”, constituindo aldeamentos lineares de casas geminadas e divisões regidas pelos clãs e dos “quilombos” identificadas pelo autor como aldeamentos de conformação livre, regidos por associações clânicas ou familiares (Weimer, 2015, p.216). A lógica comum nos assentamentos de

PENSAR FORA DO EIXO

comunidades quilombolas, portanto, parece estar na organização espacial a partir das relações de parentesco e das atividades produtivas, como é demarcado no trecho a seguir.

A cozinha é o melhor lugar na arquitetura quilombola, o mais necessário e bem cuidado. (...) A arquitetura é pensada também em função da comida. A comida organiza a festa, organiza a recepção, tudo se organiza em torno da comida. Quando fazemos arquitetura, pensamos na comida e na festa, nas formas compartilhadas de vida (Santos, Pereira, 2023, p.64).

Ademais, no que diz respeito à materialidade e técnicas de construção, a relação intrínseca com o meio ambiente é a marca comum, sendo as práticas construtivas variadas e adequadas ao local (Santos, Pereira, 2023, p.60), como é possível verificar na figura 01. Comumente, encontram-se as casas de mocambo, ou seja, de cumeeira, de duas ou quatro águas, frequentemente recobertas com folhas e fibras, que posteriormente seriam substituídos pelas telhas cerâmicas (Weimer, 2023, p.216). A Figura 1, retirada do estudo de caso que trataremos neste texto, ilustra a relação do meio e dos materiais disponíveis no tipo de arquitetura produzida no litoral nordestino.

Figura 1. Relação das edificações do quilombo de Sibaúma-RN com ambiente e recursos naturais retratada por Jorge Bodanzky em 1969.



Fonte: Bodanzky, 1969. Disponível em: <https://acervos.ims.com.br/index.php/Detail/objects/330718>

Para as vedações de paredes, as construções de origem africana utilizam a própria palha, como é o caso de mocambos de origem angolana, ou a taipa. No primeiro caso, são feitas camadas superpostas de palha amarradas em ripas, trabalhadas na forma de esteiras ou como vedação das frestas do pau-a-pique (Weimer, 2023, p.232). A vedação das paredes, quando em taipa, pode ser realizada com diferentes técnicas, segundo Weimer (2023): taipa de pilão, taipa de mão, taipa de sebe, taipa de sopapo e adobe.

Figura 2. Habitações no quilombo Sibaúma-RN registradas por Jorge Bodanzky em 1969.



Fonte: Bodanzky, 1969. Disponível em: <https://acervos.ims.com.br/index.php/Detail/objects/330718>

As formas de organização e construção da espacialidade nas comunidades quilombolas litorâneas de um modo geral, estruturam-se a partir de relações históricas de extrativismo, pesca artesanal e uso compartilhado dos recursos naturais. Sendo assim, é possível inferir que a arquitetura dos quilombos do litoral está fortemente relacionada às práticas extrativistas e às atividades produtivas associadas aos ecossistemas costeiros. A proximidade com manguezais, rios e áreas de mata influencia diretamente a implantação das moradias; a escolha dos materiais construtivos e a organização dos espaços domésticos e coletivos reforçam uma lógica territorial baseada no uso múltiplo e complementar dos recursos naturais, assim como em comunidades pesqueiras e agrupamentos indígenas presentes no litoral nordestino (Machado, 2007).

2.1 Arquitetura tradicional no litoral potiguar: o caso de Sibaúma (RN)

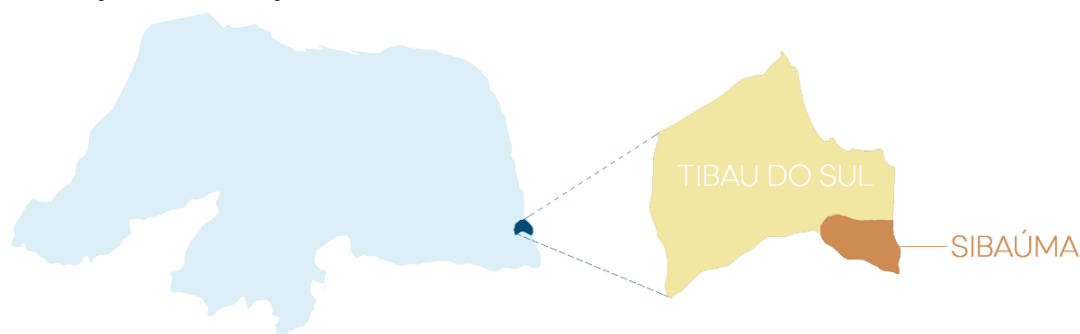
Sibaúma é uma comunidade quilombola situada no litoral sul do estado do Rio Grande do Norte², no município de Tibau do Sul. Certificada pela Fundação Cultural Palmares desde 2005, a comunidade possui uma longa trajetória histórica marcada pela transmissão de hábitos, saberes e práticas culturais veiculados por meio da tradição oral. Sua memória coletiva remonta ao século XIX, com registros genealógicos das famílias fundadoras Leandro, Caetano e Camilo, e narrativas

² O litoral do Rio Grande do Norte pode ser lido a partir da sua orientação geográfica, sendo dividido em litoral oriental, no sentido leste, e litoral setentrional, no sentido norte do estado. Sibaúma está situada no litoral oriental, região caracterizada pela presença de praias voltadas para o sol nascente.

PENSAR FORA DO EIXO

de origem associadas ao naufrágio de um navio negreiro na pedra do ferro (Cavignac et al. 2006, p.99), situando Sibaúma como um importante território de resistência e continuidade cultural no contexto potiguar.

Figura 3: Ilustração da localização de Sibaúma no Rio Grande do Norte.



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

No litoral potiguar, o quilombo de Sibaúma constitui um exemplo distintivo de ocupação tradicional afrodescendente em contexto costeiro. Registros fotográficos feitos por Jorge Bodanzky em 1969 para a Revista Realidade³, documentam a presença de construções em taipa, como as imagens selecionadas na figura 04, ou pau a pique cobertas com palha de coqueiro, identificada na figura 05. A partir destas imagens e pelos relatos da comunidade é possível verificar a presença das técnicas construtivas tradicionais associadas ao ambiente litorâneo citadas anteriormente no território de Sibaúma, revelando uma profunda integração entre o espaço construído e os recursos naturais disponíveis no território.

³ Jorge Bodanzky (1942) fotógrafo, cineasta e documentarista brasileiro, colaborou com a revista Realidade no final da década de 1960, produzindo, juntamente com o jornalista Talvani Guedes da Fonseca, uma reportagem sobre Sibaúma, então uma comunidade pouco conhecida no litoral sul potiguar. As fotografias realizadas em 1969 constituem um dos primeiros registros visuais da comunidade, documentando seus moradores, modos de vida e construções. Esse acervo constitui importante evidência da continuidade da ocupação e da identidade coletiva de Sibaúma, sendo frequentemente mobilizado na valorização da memória local e no processo de reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo.

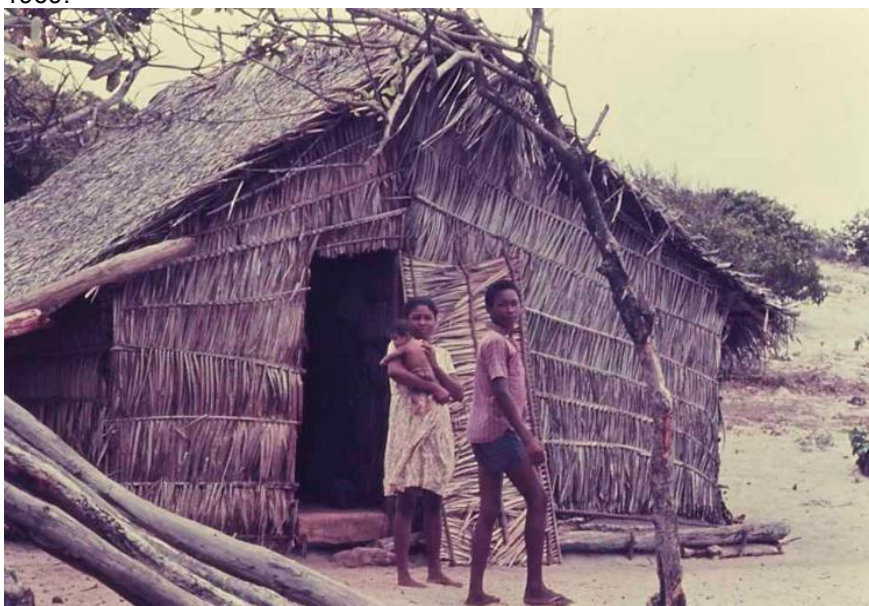
PENSAR FORA DO EIXO

Figura 4: Casas com vedação em taipa em Sibaúma-RN, registradas por Jorge Bodanzky em 1969.



Fonte: Melo; Freire, 2023.

Figura 5: Casa com vedação em palhas de coqueiro em Sibaúma-RN, registrada por Jorge Bodanzky em 1969.



Fonte: Bodanzky, 1969. Disponível em: <https://acervos.ims.com.br/index.php/Detail/objects/330718>

A título de exemplificação, é possível notar semelhanças do processo de constituição do quilombo Sibaúma e do quilombo Salamina-Putumuju, situado nas proximidades de Maragogipe (BA), detalhado por Velame (2020). Neste, as práticas construtivas concentram-se na taipa-de-mão ou sopapo, técnica tradicional de terra constituída por uma estrutura primária e secundária (grade) em madeira e preenchida com barro. Essas técnicas condensam em sua constituição os valores de: natureza, ancestralidade, parentesco. Assim como em Sibaúma ou como defendido por Weimer, arquitetura nos quilombos produz a coesão da comunidade, cujas localidades são nucleações familiares (Velame, 2020, p.6). Uma edificação residencial no quilombo Salamina-Putumuju pode ser visualizada na figura 6, conforme registro de Souza Junior; Velame; Barbosa (2013).

Figura 6. Edificação com vedação em trama de madeira de vedação no quilombo Salamina-Putumuju.



Fonte: Ivo; Velame, 2023.

Uma dinâmica de ocupação semelhante pode também ser observada na Vila de Itapuã (BA), território historicamente habitado por populações indígenas e negras onde a pesca constitui a principal base de subsistência. Nesse contexto, o vínculo com o território e a implantação das moradias estavam diretamente associados às atividades pesqueiras, refletindo-se na organização espacial e nas soluções construtivas adotadas. As habitações utilizavam técnicas tradicionais, com paredes de barro e coberturas de palha extraída dos coqueiros, articulando saberes construtivos herdados tanto de ancestrais africanos quanto dos povos originários que ocuparam a região, como é possível notar na figura 7 (Santiago, 2022, p. 82).

Figura 7. Casas revestidas de palhas na década de 1930 na vila de Itapuã, divulgada por Santiago (2022).



Fonte: Instituto Antonio Carlos Jobim. Publicada por Santiago, 2022, p.87.

Compreender a confluência afrodescendente e indígena no litoral nordestino é, portanto, imprescindível para localizar os processos de territorialização tradicionais nesta região. Assim como os casos do quilombo Salamina-Putumuju e da Vila de Itapuã, o quilombo Sibaúma situa-se em território inicialmente indígena, de modo que até mesmo uma mãe indígena é citada na lenda de sua formação. Nesta comunidade, a natureza é compreendida como dimensão sacralizada e habitada por entidades, na qual o sagrado se manifesta em elementos naturais como pedras, fontes, matas e árvores (Cavignac et. al., 2006). A arquitetura quilombola integra-se a essa lógica simbólica, não se apresentando como oposição à natureza, mas como sua continuidade.

2.2 Organização espacial e ocupação do território em Sibaúma a partir de 1960.

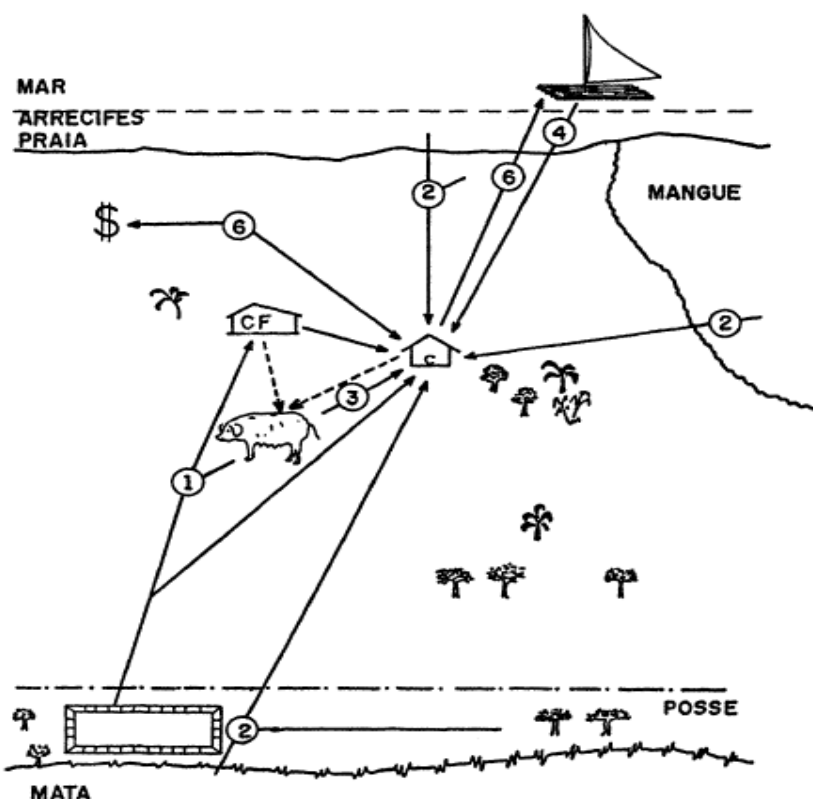
Reconhecida pela Fundação Palmares como comunidade quilombola desde 2005, o quilombo Sibaúma encontra-se atualmente em processo de titulação das terras junto ao INCRA. Na versão mais conhecida das narrativas de sua origem, um dos primeiros habitantes de Sibaúma teria sido um escravo fugido de um engenho na Paraíba, Cosme de Souza, que mais tarde recebeu a companhia de outros escravos e um soldado chamado Manoel Negreiros, sobreviventes de um naufrágio. Destes, surgiram os três troncos familiares de Sibaúma: os Camilo, os Leandro e os Caetano. Os limites do território de Sibaúma são historicamente definidos através de marcos naturais como os rios e o mar (Lins, Loloum, p. 146, 2012).

PENSAR FORA DO EIXO

Dentro do contexto potiguar, pode-se entender a ocupação de Sibaúma, anterior a década de 1960 (período em que se inicia o processo de urbanização do território), como correspondente à de comunidades pesqueiras potiguares entre 1930 e 1950, ilustrado por Woortmann (1991) na figura 8. Nestas comunidades, a casa, domínio feminino, era um centro polarizador das atividades e dos recursos, e as terras cultiváveis, compartilhadas, possibilitaram o rodízio de uso e pousio. A mata fornecia lenha e madeira para a construção, além das frutas nativas. O mangue e a praia são espaços de coleta, complementando a pesca marinha para a alimentação. Também é possível perceber a centralidade da Casa de Farinha nas lógicas de consumo e subsistência destas comunidades (Woortmann, 1991, p.8).

Figura 8: Ilustração da ocupação do território por comunidades pesqueiras produzidas por Woortmann (1991).

ATIVIDADES E AMBIENTE, A MULHER 1930-1950



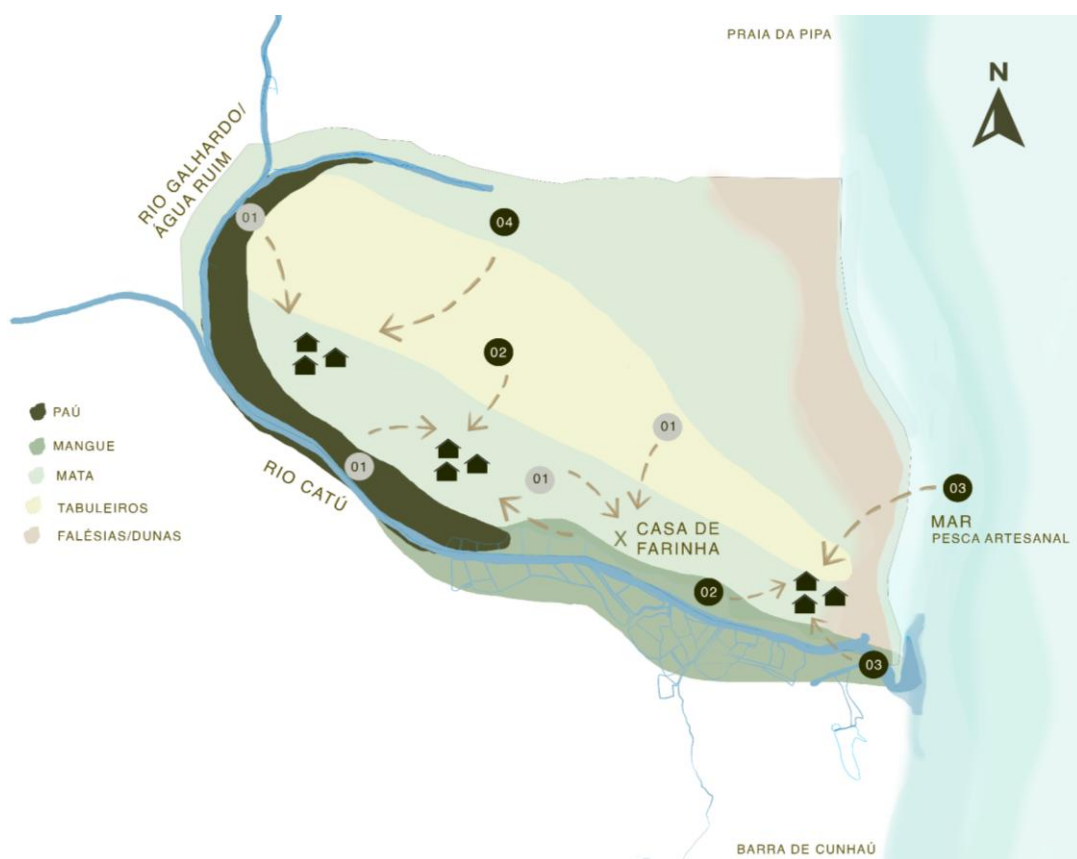
Fonte: Woortmann, 1991.

4 Legenda original da publicação: 1-Produção agrícola (consumo familiar/intermediário); 2-Coleta/Captura/Extração (consumo familiar/venda); 3-Criação de animais (consumo familiar); 4-Tratamento do pescado (consumo familiar/venda); 6-Artesanato (consumo familiar/insumo/venda); C – Casa; CF – Casa de Farinha.

PENSAR FORA DO EIXO

No caso de Sibaúma, o plantio se distribuía nas áreas de paú (área de terras alagáveis) e tabuleiro, nomeada de arisco (área de solo arenoso onde se plantava mandioca e se coletava frutas como mangabeiras). A coleta de mariscos e a pesca para alimentação própria era muito presente no cotidiano das famílias do local, marcando a relação com o rio, com as áreas de mangue e com a praia. Tais relações de práticas produtivas e territorialidade estão ilustradas na Figura 9⁵, desenvolvida com base nas informações apontadas no relatório antropológico (Cavignac et. al., 2006).

Figura 9: Ilustração das relações de práticas produtivas e territorialidade em Sibaúma em 1960. 01-Produção agrícola (consumo familiar/intermediário; 2-Coleta (consumo familiar/venda); 3-Pesca(consumo familiar/venda); 04-Caça(consumo familiar eventual);



Fonte: Produzido pelos autores, 2025.

⁵ O caminho do rio Catú ilustrado na figura 09 não ilustra sua morfologia original, estando ilustrado conforme se localiza atualmente. Sabemos que o curso do rio foi desviado em 1980 para o desenho que conhecemos hoje; entretanto, não foi possível aproximar-se do desenho correspondente a 1960 por falta de base de dados contemporâneos à época ilustrada.

PENSAR FORA DO EIXO

Para além da colheita e do plantio para consumo, as relações de trabalho em Sibaúma estruturavam-se principalmente no modelo de “trabalho alugado”, baseado em uma mão de obra negra livre submetida a um regime instável de contratação por diárias, além da renda extra gerada pela venda de parte da produção própria das famílias. A área ocupada pelos quilombolas era considerada de “terras livres” por ser entendidas como impróprias para o cultivo de cana-de-açúcar inicialmente, e é desta área que o grupo será expropriado graças à expansão desta indústria e, posteriormente, à chegada da carcinicultura e da especulação turístico-imobiliária (Lins, Loloum, 2012).

Até o final da década de 1960, Sibaúma permaneceu relativamente isolada, com acesso possível apenas a pé ou a cavalo pela praia ou pelas trilhas abertas na mata que a delimitava. A partir de 1970, momento marcado pela abertura das primeiras estradas de acesso ao território, a paisagem foi paulatinamente modificada. Este momento é marcante no imaginário popular, que se refere ao mutirão de abertura da estrada como “a abertura de Sibaúma” (Lins, Loloum, p. 147). Acompanhando a abertura da estrada e a integração da comunidade à economia local, foi inserida a dinâmica de venda de terras e instalação de programas de moradia social, com a construção de casas de alvenaria em 1980.

Executado pela prefeitura do município de Tibau do Sul, à qual Sibaúma é distrito integrante, o projeto incluiu a construção de uma via de acesso que facilitou o fluxo entre o território e demais localidades da região; a substituição das casas de palha de coqueiro e taipa por casas de alvenaria em nova localidade dentro do território, trazendo uma nova configuração de ruas e definindo lotes privados, distribuídos por núcleos familiares; a construção de uma escola e de uma nova casa de farinha, além da eletrificação e do abastecimento de água (Martins, 2011, p.27). Entretanto, o projeto de urbanização de Sibaúma desconsiderou os modos de vida da comunidade, gerando conflitos de acesso a terras agricultáveis (paú), às terras da praia e às margens do rio. Com o tempo, tais conflitos reduzem drasticamente as práticas de coleta de mariscos, pesca e cultivo na região. Além disso, a antiga casa de farinha, situada nas proximidades das terras agricultáveis, tornou-se inacessível e, posteriormente, foi demolida pelo novo proprietário das terras. A casa de farinha construída na década de 1980 torna-se obsoleta pela falta de acesso às terras agricultáveis e a retomada de seu uso é uma luta ainda hoje travada pela comunidade, que segue com os mesmos problemas de acesso a áreas produtivas. Tais transformações afetam a espacialidade e geram certa desconexão com o território ao modificarem as práticas cotidianas da comunidade, impactando

PENSAR FORA DO EIXO

significativamente tanto nas dimensões espaciais quanto imateriais ao prejudicarem a transmissão da memória oral enquanto novos hábitos são inseridos.

Com início na década de 80 e com mais intensidade, a partir dos anos 2000, novos ciclos produtivos se instalaram, intensificando a desconexão da comunidade com o seu território: a carcinicultura não regulamentada, o turismo e a especulação imobiliária (Lins, Loloum, 2012). Além das terras em disputa, o quilombo Sibaúma confronta um conjunto de conflitos para o reconhecimento formal de suas áreas de ocupação e uso, o acesso ao rio e ao mar, “terras aquáticas ou marinhas”, que não contam com uma legislação adequada que reconheça as particularidades dessa apropriação (Little, 2002, p.276), processo similar submetido a outros povos tradicionais dedicados a extração de recursos pesqueiros (ribeirinhos e pescadores). Observa-se que Sibaúma compartilha uma lógica territorial baseada no uso integrado dos ecossistemas costeiros e na articulação entre arquitetura, produção e organização social próprio, que integra similaridades entre grupos quilombolas e indígenas que subsistem pela extração de recursos pesqueiros em todo o litoral nordestino.

A partir dos anos 2000, intensifica-se a especulação imobiliária pela instalação de empreendimentos voltados ao turismo predatório a partir da popularização da Praia de Pipa, sua vizinha, como destino turístico e pela dinâmica das praias de veraneio⁶ (Cavignac et al, 2006, p.94). A maior parte dos trabalhadores de Sibaúma passam a ser empregados nos principais destinos turísticos da região, na praia de Pipa ou Barra de Cunhaú, distritos vizinhos. A implementação do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) desencadeia uma bolha imobiliário-turística na região, promovendo investimentos estrangeiros em projetos de condomínios e resorts (Lins, Loloum, 2012). A figura 10 a seguir ilustra a territorialidade atual de Sibaúma, marcando a localização da estrada e das primeiras casas de alvenaria de 1980. Percebe-se uma expansão da área de terras áridas fruto das monoculturas de cana-de-açúcar sobre áreas de mata e a ocupação de viveiros de carcinicultura sobre as áreas de mangue, bem como a demarcação de áreas privativas nas proximidades do rio Catu e onde costumavam ser áreas produtivas da comunidade, o que dificultou o acesso da população à água doce. Estas dinâmicas de organização espacial e de ocupação no território de Sibaúma, permeados por conflitos muitas vezes violentos, levaram a um apagamento e relativa desintegração do grupo, prejudicando a memória oral, as práticas culturais e até mesmo

⁶ Fenômeno comum no litoral nordestino, onde imóveis são adquiridos nas praias para serem usados durante o verão, permanecendo fechados por boa parte do ano.

PENSAR FORA DO EIXO

o reconhecimento étnico dos indivíduos enquanto quilombolas, dividindo-os entre pró e contra o progresso (Lins, 2006, p. 68).

Figura 10: Territorialidade em Sibaúma a partir das novas lógicas de ocupação (2000 a 2026).



Fonte: Produzido pelos autores, 2025.

Demarca-se a degradação do patrimônio material, a partir da construção de casas e empreendimento onde antes havia sítios arqueológicos e principalmente a apreensão indevida de alguns destes artefatos e da retirada sistemática das placas do INCRA no território. Estes conflitos são numerosos na história de Sibaúma, como é possível notar na citação a seguir.

Isso aqui era perseguido demais, o pessoal de Pipa queria tomar isso aqui. O povo de Sibaúma aqui tudo era de foice pra eles não tomarem [...] tinha uma mata muito grande ali na Água Ruim, o pessoal vinha, abriram picada querendo tomar nossas terras. Aí saía todo mundo daqui, a turma dos velhos tudinho, tudo iam pra lá, pra fechar as picadas e pra não tomarem nossas terras. - S.C., março de 2006 (Lins; Loloum, 2012, p.151)

Nesse contexto, a memória e a cultura tornam-se pilares centrais de resistência. A oralidade, as práticas espirituais, os festejos, os saberes sobre a terra e os vínculos comunitários funcionam como

instrumentos de afirmação identitária e política. É importante destacar que, paralelamente às lutas pelo reconhecimento do território e aos efeitos da especulação imobiliária do turismo predatório, inicia-se um processo de recuperação da memória coletiva e das práticas do coco de zambê e capoeira, com a criação do grupo “Herdeiros de Zumbi” pelos irmãos Laelson e Sérgio Caetano e a Associação dos Remanescentes de Quilombolas da Praia de Sibaúma em 2002 (Melo; Freire, 2023, p. 91).

Sabendo que os elementos simbólicos, os saberes e a memória, são parte definidora da resistência nos processos de luta pela terra e modos de vida, a arquitetura constitui-se como expressão material dessas relações, articulando técnicas construtivas tradicionais, fruto da confluência cultural entre diferentes grupos, sua organização espacial e práticas produtivas adaptadas ao ambiente litorâneo. Portanto, é importante situar este debate no campo da arquitetura e nas práticas de projeto para comunidades tradicionais. A assessoria técnica em arquitetura e urbanismo junto a comunidades tradicionais pode constituir um instrumento estratégico para viabilizar a atuação do profissional arquiteto junto a estas comunidades.

2 A ASSESSORIA TÉCNICA EM ARQUITETURA PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS: O CASO DO CENTRO DE MEMÓRIA QUILOMBOLA DE SIBAÚMA (RN).

Ao atuar junto a comunidades tradicionais, a arquitetura passa a operar como mediação entre saberes, memórias e disputas políticas. A elaboração de projetos arquitetônicos fundamentados na leitura do território, na escuta das narrativas locais e na valorização dos modos de vida tradicionais contribui para tornar visível a historicidade da ocupação dessas comunidades, frequentemente questionada em contextos de conflitos fundiários e de avanço da especulação imobiliária.

Nestas práticas, torna-se imprescindível o diálogo, a consulta e a participação das comunidades para a efetivação do equipamento arquitetônico enquanto instrumento de reafirmação dos valores e da presença tradicional em questão, como também para que seja possível delinear e responder às principais demandas colocadas. A comunidade deve ser reconhecida como detentora de saberes técnicos, ambientais e culturais, assumindo o arquiteto o papel de facilitador e tradutor das demandas, ao articular conhecimentos técnicos às práticas locais e fazer uma leitura sensível da paisagem enquanto território vivo e simbólico.

PENSAR FORA DO EIXO

Neste sentido, reconhecendo a potencialidade da arquitetura como expressão material da presença e legitimidade das ocupações tradicionais no litoral, a seguir será explanada a proposta de um projeto arquitetônico de um Centro de Memória Quilombola para a comunidade de Sibaúma, localizada em Tibau do Sul/RN, de modo a buscar colocar-se como resposta às demandas por um espaço a musealizar os bens arqueológicos da comunidade, pensando também em servir de instrumento para a memória e o patrimônio imaterial. É desenvolvido com base na leitura do território a partir de três questões que se inter-relacionam: a questão fundiária, a memória coletiva e a questão ambiental.

O projeto está sendo desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente (PPAPMA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e como parte integrante do projeto de extensão Assessoria técnica a comunidades quilombolas do Rio Grande do Norte e Paraíba⁷.

2.1 Assessoria técnica às comunidades quilombolas: o processo de projeto no Centro de Memória Quilombola de Sibaúma, Tibau do Sul-RN.

O diálogo com membros da associação quilombola de Sibaúma evidencia que as disputas pelo direito ao território, intensificadas pela crescente especulação imobiliária, resultaram em um processo de apagamento das referências à história negra local, produzindo fissuras na memória coletiva da comunidade. A presença do grupo é frequentemente questionada, e sua trajetória constantemente deslegitimada nos processos de desenvolvimento da região. Esses conflitos materializam-se, por exemplo, no caso da retirada indevida de registros arqueológicos do território, denunciada pelas lideranças quilombolas ao Ministério Público e IPHAN. Em resposta, a comunidade manifestou interesse de que tais peças fossem recolhidas e preservadas em um museu a ser implantado no território quilombola (Brasil. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Despacho nº 1.28.000.002039/2022-49. Natal, RN, 2023).

Neste contexto, apresenta-se a necessidade de construir um espaço que viabilize o acesso à memória coletiva da comunidade, por meio da exposição de itens arqueológicos, registros da

⁷ Projeto de extensão vinculado ao Departamento de Arquitetura da UFRN que promove assessoria técnica para atender às demandas de infraestrutura comunitária de comunidades quilombolas do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Alinhado às Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, fortalece a articulação entre universidade e sociedade por meio da elaboração de projetos de arquitetura voltados à preservação do patrimônio cultural e ao atendimento das necessidades dessas comunidades.

PENSAR FORA DO EIXO

história oral, e da criação de suportes que assegurem a continuidade do patrimônio imaterial ainda presente na culinária, no coco de zambê⁸, na capoeira e no artesanato. Esta proposta se estrutura, portanto, na intersecção entre o patrimônio imaterial e material e na intervenção arquitetônica em sítios de valor simbólico/cultural, considerando o Centro de Memória Quilombola.

Para maior compreensão das demandas e necessidades a serem trabalhadas no projeto, uma leitura do território é feita interseccionando a questão fundiária, a memória coletiva e a questão ambiental. A partir desta leitura, compreende-se a necessidade de estabelecer um ciclo de consultas à comunidade, composto por uma primeira fase de aproximação, uma segunda fase de consulta e uma terceira fase de validação da proposta, permeadas por oficinas, visitas guiadas e rodas de conversa. As etapas de aproximação e consulta permitiram traçar um programa de necessidades e definir o terreno da intervenção. Atualmente, o processo de projeto encontra-se na fase de validação.

Figura 11: Esquema ilustrativo do processo de projeto.



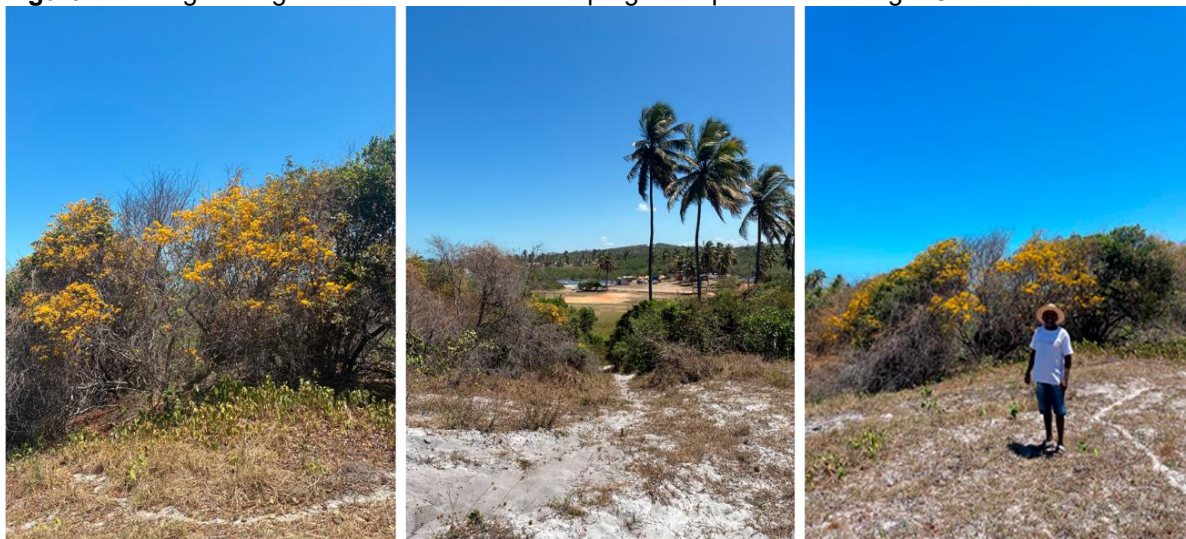
Fonte: Acervo dos autores, 2026.

Na escolha do sítio de intervenção, o valor simbólico dos marcos de memória foi entendido como elemento central para afirmar, de forma visível a todos que circulam pela vila, a presença quilombola no território de Sibaúma. Nesse sentido, o terreno selecionado destacou-se por articular mata, várzea e praia em uma área de grande fluxo e relevância paisagística. Além disso, a parcela definida para a área de intervenção conta com 5.559,50m² e tem localização considerada estratégica, por ter ampla área livre e estar situado próximo ao centro urbano de Sibaúma.

⁸ Zambê significa a dança, feita por crianças, jovens e adultos, a depender do modo como se desenvolve (individualmente, em pares ou grupos), aparenta um divertimento, uma saudação, uma luta e até um transe religioso. (...). A etimologia da palavra assemelha-se a “djambê”, nome africano para nomear um tipo específico de tambor (Melo; Freire, 2023, p.59).

PENSAR FORA DO EIXO

Figura 12: Imagens registradas em visita de campo guiada por Mestre Sérgio Caetano.



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

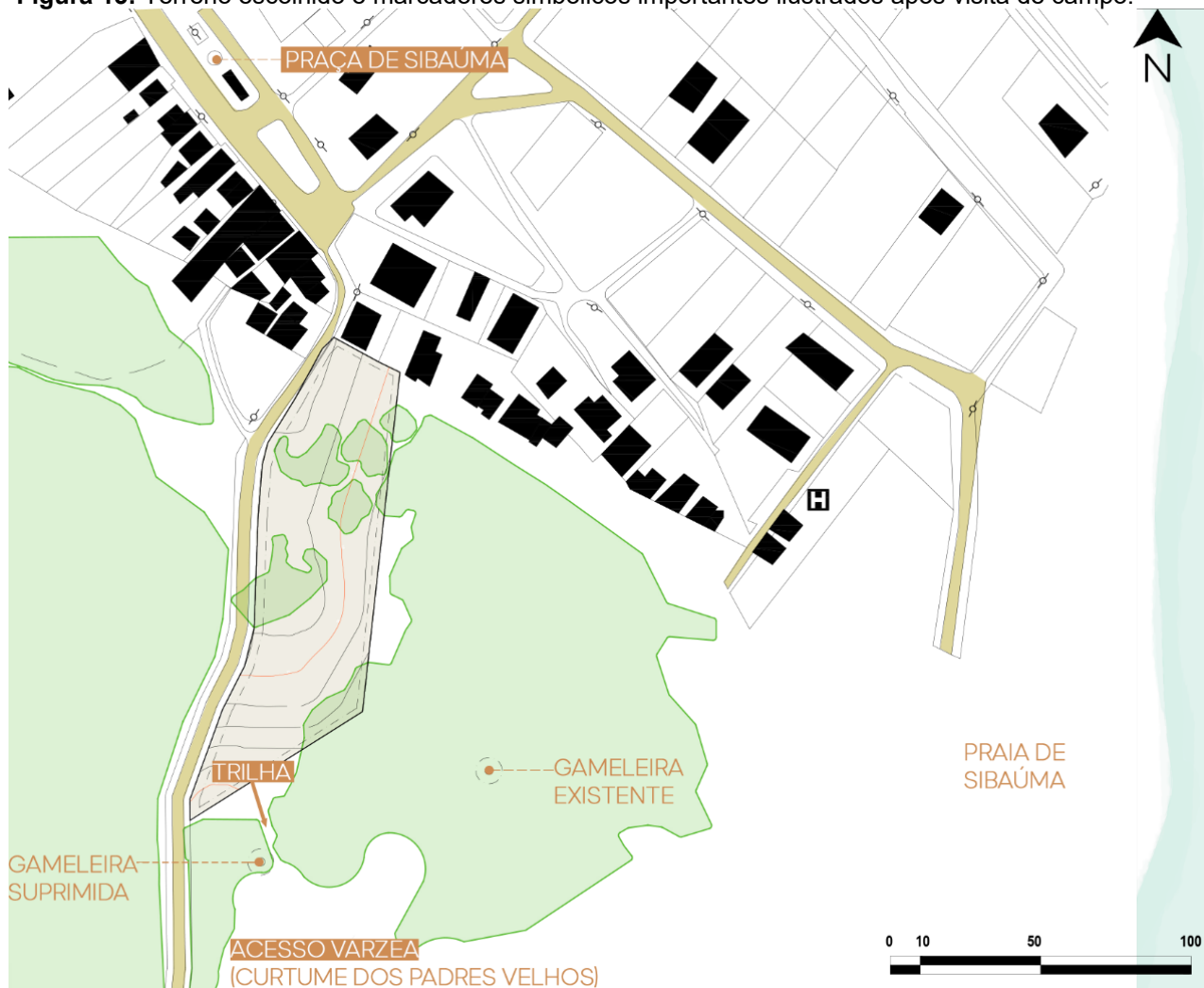
Para além das potencialidades vinculadas ao turismo de base comunitária relacionadas ao terreno, tendo em vista que se localiza na rota turística que liga a Praia de Pipa à praia de Barra do Cunhaú, e pelos estonteantes visuais para a praia de Sibaúma, o terreno foi indicado pela comunidade como um histórico espaço de circulação, ainda hoje marcado por trilhas no solo e por abrigar importantes marcos simbólicos. Além disso, a área corresponde a um dos sítios arqueológicos presentes no território, identificado no relatório do IPHAN como o sítio Leda Maria (IPHAN-RN, 2023). Nele foram encontradas moedas imperiais e fragmentos cerâmicos pela comunidade, posteriormente a uma movimentação de terra irregular por parte do atual proprietário legal do terreno.

A participação da comunidade foi essencial para a definição do terreno e para a compreensão dos significados nele inscritos, um entendimento que não seria possível em um processo de projeto não participativo ou não consultivo. Pensando nisso, para melhor compreensão dos significados presentes no terreno escolhido, uma visita guiada foi realizada juntamente ao mestre de coco Sérgio Caetano. Segundo ele, havia uma gameleira em uma das trilhas conhecida por ser um ponto de encontro, brincadeiras e conversas — e que, segundo os mais velhos, era local onde se escondiam “tesouros” e objetos de prata. A árvore gameleira tem importância simbólica para a comunidade e é importante fonte de matéria prima fornecendo a corda, ou “embira”, utilizada para amarrar feixes de lenha nas construções e na confecção dos instrumentos musicais, como o tambor do pau-furado, utilizado no coco de zambê. Sobre a gameleira situada nas proximidades da área escolhida, que servia como ponto de encontro, Mestre Sérgio Caetano relata:

PENSAR FORA DO EIXO

Porque antigamente também era espaço onde as pessoas vinham, sentavam, conversavam... E também por que aqui era uma várzea. Então as mulheres, ou às vezes os homens mesmo, vinham colocar mandioca de molho, que era pra fazer o bolo preto e o beiju de mandioca mole (Mestre Sérgio Caetano em conversa gravada no dia 01 de novembro de 2025).

Figura 13: Terreno escolhido e marcadores simbólicos importantes ilustrados após visita de campo.



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

Na oportunidade da visita, Mestre Sérgio foi questionado sobre as práticas construtivas tradicionais, aos quais descreve detalhadamente como eram construídas as antigas casas de taipa e das casas de palha, destacando o uso das fibras vegetais como amarrações e das palhas de coqueiro nas portas e coberturas. As técnicas garantem conforto térmico e proteção contra chuva, com

PENSAR FORA DO EIXO

sobreposição de camadas de palha que tornavam o telhado espesso e impermeável, indicando uma arquitetura adaptada ao ambiente e em harmonia com os recursos naturais locais.

Figura 14: Oficina de práticas construtivas tradicionais com Mestre Sérgio Caetano.



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

O relato demonstra que a paisagem de Sibaúma é marcada por memórias de uso coletivo e espiritualidade, onde cada elemento natural carrega um significado para a comunidade, relacionado à alimentação, modo de vida, técnicas construtivas e tradição oral de forma integrativa. A prática manual e o diálogo revelam a pedagogia tradicional baseada na oralidade e na prática, onde o conhecimento é transmitido por demonstração e repetição.

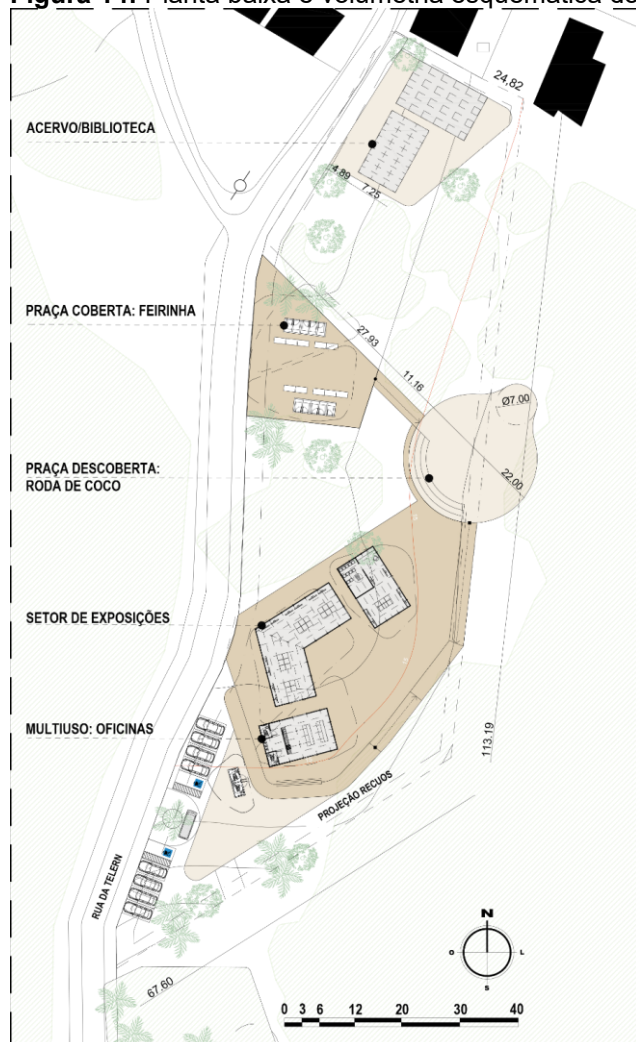
2.2 Respostas de projeto às etapas de aproximação e consulta.

Pensando nos elementos que constituem a paisagem de Sibaúma e seus significados e considerando os dilemas e metas de projeto, adota-se o conceito *Pisar Suave*, inspirado no curta *Pisar Suavemente na Terra* (Colón; Krenak, 2022), relacionado a uma marcação simbólica de uma presença da comunidade no território quilombola e na intenção de realização de uma intervenção arquitetônica de baixo impacto ambiental no sítio arqueológico Leda Maria. A partir desse conceito, define-se um partido arquitetônico baseado em uma arquitetura leve e integrada à paisagem,

PENSAR FORA DO EIXO

composta por blocos modulares elevados e conectados por uma cobertura contínua, que cria zonas de transição, sombreamento e espaços de contemplação. Um percurso organiza o conjunto, articulando o acesso, áreas de convivência e os espaços expositivos e de biblioteca, promovendo a experiência gradual da paisagem. A ocupação é feita de modo a reduzir o programa e a intervenção no sítio, e as fundações das construções serão reduzidas a pontos de apoio essenciais, evitando ao máximo a movimentação de terra, a impermeabilização do solo e a construção de muros de contenção.

Figura 14: Planta baixa e volumetria esquemática do projeto proposto até o presente momento.



Fonte: Acervo dos autores, 2025.

O projeto do Centro de Memória Quilombola de Sibaúma busca articular a preservação da memória, fortalecimento das práticas culturais e incentivo ao turismo comunitário por meio de espaços flexíveis destinados à exposição, produção, formação e convivência. Implantado em diálogo com a

PENSAR FORA DO EIXO

dinâmica cotidiana da comunidade e com as demandas exigidas para reaver os itens arqueológicos, o conjunto propõe a constituição de um acervo acessível à população, contribuindo para o enfrentamento do apagamento histórico e para a valorização dos saberes locais. Sua materialidade e sistema construtivo estabelecem uma releitura contemporânea das técnicas vernaculares do território, adotando materialidade e soluções bioclimáticas inspiradas na arquitetura popular quilombola do litoral. Dessa forma, o projeto procura não apenas abrigar atividades culturais, mas também afirmar a memória, a identidade e os conhecimentos ancestrais de Sibaúma como elementos centrais para a construção de seu futuro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das arquiteturas quilombolas e das ocupações tradicionais no litoral nordestino evidencia a centralidade da relação entre arquitetura, território e modos de vida. Essas arquiteturas expressam sistemas construtivos profundamente adaptados às condições ambientais e às dinâmicas sociais locais. Ao analisar as relações de territorialidade estabelecidas por comunidades tradicionais, torna-se possível compreender essas produções espaciais como resultado de confluências culturais, processos históricos de resistência e formas específicas de territorialidade. Os casos citados, no litoral baiano e no litoral potiguar, demonstram que a arquitetura tradicional está intrinsecamente associada às práticas produtivas, como a pesca artesanal, o extrativismo e o uso da mata e do mangue.

Compreender esses processos revela-se particularmente relevante diante das pressões contemporâneas sobre o litoral nordestino, marcadas pela especulação imobiliária, pelo turismo predatório e por disputas fundiárias que frequentemente questionam a legitimidade territorial das comunidades tradicionais. Nesse contexto, o reconhecimento das arquiteturas quilombolas como expressões legítimas de ocupação do território contribui para o fortalecimento das lutas por direitos territoriais e para a construção de políticas públicas mais sensíveis às especificidades desses povos. O papel do arquiteto e urbanista nestes contextos pode ser capaz de contribuir para reafirmar a presença de comunidades tradicionais no território, sendo incontornável os processos participativos e de consulta no caso da assessoria técnica prestada a estes grupos.

No caso descrito do projeto de Centro de Memória Quilombola para Sibaúma, as etapas de aproximação, consulta e validação foram capazes de nortear o projeto, de modo a estabelecer critérios de prioridade e relevância nas escolhas de projeto, como na definição do terreno e do programa de necessidades. Buscando uma postura ética e sensível ao território, à paisagem e às

PENSAR FORA DO EIXO

relações sociais existentes, a atenção à escala de intervenção e a leitura cuidadosa das dinâmicas locais procuram evitar soluções que rompam com a organização espacial e simbólica do lugar. A redução dos impactos da implantação no terreno, por meio de estratégias construtivas de baixo impacto e adaptação à topografia, busca preservar a integridade do sítio e da paisagem, limitando as transformações. Do mesmo modo, a escolha de uma materialidade alinhada às práticas construtivas locais contribui para a continuidade dos saberes tradicionais, promovendo uma arquitetura que dialoga com o território e reafirma os modos de vida que o constituem.

Compreende-se, assim, que a valorização dos saberes tradicionais e da oralidade dessas comunidades constitui uma ferramenta fundamental no debate territorial, ao reafirmar a presença histórica das comunidades tradicionais, seus processos de confluência, suas práticas produtivas e suas relações com o território. A incorporação, no projeto de arquitetura, de saberes ancestrais, materialidades tradicionais e elementos da paisagem local possibilita a materialização simbólica e espacial dessa presença, contribuindo para a afirmação desses povos e para o fortalecimento de seu direito ao território frente aos processos de apagamento promovidos pela especulação imobiliária e por conflitos de interesse, comuns nos processos de titulação.

REFERÊNCIAS

CAVIGNAC, Julie Antoinette; LINS, Ciro Holanda; MAUX, Augusto Carlos de Oliveira. **De “herdeiros” a “Quilombolas”**: identidades em conflito (Sibaúma – RN, Brasil). Nuevo mundo mundos nuevos, 2011.

CAVIGNAC et al. **Uma Sibaúma só**: Relatório antropológico da comunidade quilombola de Sibaúma (RN), 2006.

DANTAS, Luís Thiago Freire. **Confluências afro-pindorâmicas**: por uma formação humana contra-colonialista. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 17, p. 1–12, 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **RN – Pescadores artesanais e agricultores familiares têm seu modo de vida comprometido por usinas eólicas**. *Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, [s.d.]. Disponível em: [Mapa de Conflitos – RN: Pescadores artesanais e agricultores familiares têm seu modo de vida comprometido por usinas eólicas](#). Acesso em: 27 jun. 2026.

KLÜPPEL, Griselda. **Arquiteturas do sagrado e territorialidade em comunidades quilombolas**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico, Brasília, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2002/2003.



PENSAR FORA DO EIXO

LINS, Cyro H. de Almeida; LOLOUM, Tristan. **Um quilombo à beira-mar: histórias de expropriação fundiária no litoral turístico potiguar**. *Vivência: Revista de Antropologia*, Natal, n. 39, p. 141–163, 2012.

MACHADO, Ricardo Augusto Souza. **Território, identidade e práticas produtivas em comunidades quilombolas do litoral da Paraíba**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

MELO, Isaac Samir Cortez de; FREIRE, Flávio Rodrigo. **Quilombo Sibaúma: a tradição do coco de Zambê e os herdeiros de Zumbi**. Editora IFRN, 2023.

VELAME, Fábio Macêdo. **Quilombo Salamina Putumaju: Arquiteturas de Resistência no Recôncavo Baiano**. XI Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as. Curitiba, 2020.